



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

**Processo nº:** 25.435/19-e

**Jurisdicionada:** Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGES/DF

**Assunto:** Representação

**Órgão Técnico:** Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP

**MPC:** Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

**Sessão:** Pauta nº 45, S.O. nº 5229, de 7.10.2020

**Publicação:** DODF nº 189, de 5.10.2020, pág. 17

**Ementa:** Representação oferecida pela nobre Deputada Distrital JÚLIA LUCY acerca de possíveis irregularidades nas aquisições realizadas por meio dos Atos Convocatórios nºs 132/2018 e 46/2019 do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGES/DF.

Conhecimento da exordial, abertura de prazo para manifestação da jurisdicionada e autorização para a inclusão de cópia da peça inaugural no Processo nº 23.963/19, para subsidiar a instrução daqueles autos quanto ao exame de possíveis irregularidades relativas à ausência de publicidade e de transparência nos atos praticados pelo Instituto (Decisão nº 3.938/19-CPM). Remessa de informações.

**Nesta fase:** análise de mérito da peça inaugural.

### PARECERES DIVERGENTES.

A Instrução sugere a procedência da Representação e a audiência do então Diretor-Presidente do IGES/DF para a apresentação de razões de justificativa sobre as falhas e condutas descritas na Matriz de Responsabilização.

O Sr. Diretor da 3ª DIASP, com o aval do Sr. Secretário de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, opina:

- a) perda de objeto da Representação no tocante à possível irregularidade do Ato Convocatório nº 46/2019, ante a sua revogação pela jurisdicionada;
- b) por determinações ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal;
- c) pelo encaminhamento de cópia das instruções, dos



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

papéis de trabalho, do Voto condutor e da decisão que vier a ser proferida ao Instituto e à Deputada Distrital Júlia Lucy.

O Ministério Público aquiesce ao posicionamento do Sr. Diretor da 3ª DIASP, com ajuste quanto ao montante do possível dano, por ter identificado preços públicos inferiores aos considerados pelo Diretor.

**VOTO** de acordo, em parte, com o Sr. Diretor da 3ª DIASP e com o Órgão Ministerial, por:

- a)** insuficiência dos esclarecimentos prestados;
- b)** determinações ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGES/DF para que se pronuncie sobre os indícios de superfaturamento por sobrepreço nas aquisições efetuadas por intermédio da Dispensa de Seleção de Fornecedores nº 52/2019;
- c)** determinações ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGES/DF para que envie cópia integral, em meio eletrônico do processo administrativo relativo à Dispensa de Seleção de Fornecedores nº 52/2019, do contrato celebrado e dos pagamentos realizados e do novo processo de seleção de fornecedores e Elemento Técnico revisado, os quais justificaram a revogação do Ato Convocatório nº 46/2019;
- d)** concessão de prazo à empresa contratada para que ofereça as suas considerações acerca dos indícios de superfaturamento por sobrepreço apontados;
- e)** remessa de cópia das Informações, do Parecer, deste Relatório/Voto e da decisão a ser proferida ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGES/DF, à i. Deputada Distrital e à empresa contratada.

## RELATÓRIO

Cuidam os autos de Representação oferecida pela nobre Deputada Distrital JÚLIA LUCY acerca de possíveis irregularidades nas aquisições realizadas por meio dos Atos Convocatórios nºs 132/2018 e 46/2019 do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGES/DF (e-doc [D5E6F898-c](#)).

2. Em apertada síntese, a ilustre Parlamentar aponta **indícios de sobrepreço** nos seguintes atos realizados pelo IGES/DF, com possível ofensa aos princípios da economicidade e da eficiência (art. 2º, inciso XII,



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

alínea “a”, da Lei nº 5.899/17<sup>1</sup>):

• **Ato Convocatório nº 132/2018<sup>2</sup>**: aquisição de cadeiras de rodas e cadeiras rodas de banho hospitalares. Teriam sido adquiridas 300 cadeiras ao custo total de R\$ 182.700,00, perfazendo **R\$ 609,00** a unidade. As pesquisas realizadas indicam o valor de mercado entre **R\$ 200,00 e R\$ 270,00**.

• **Ato Convocatório nº 46/2019<sup>3</sup>**: aquisição de 1.000 cadeiras tipo longarina de três lugares, cotadas pela jurisdição em **R\$ 1.660,00** por unidade. A pesquisa de preços realizada pela i. Parlamentar indicou que os preços do objeto seriam inferiores, da ordem de **R\$ 570,00 a R\$ 820,00**.

3. A Deputada Distrital acrescenta que a aquisição objeto do Ato Convocatório nº 132/2018 foi formalizada por meio do **Contrato nº 24/2019<sup>4</sup>**. Ressalta que a íntegra do contrato não consta no sítio eletrônico do IGES/SDF e que, mesmo após solicitação, não lhe foi concedido acesso ao documento, em contrariedade aos arts<sup>5</sup>. 2º e 8º, inciso V, da Lei Distrital nº 4.990/12, a qual regulamenta o acesso à informação no âmbito do Distrito Federal.

4. Por fim, requereu deste Tribunal de Contas a averiguação das situações acima expostas e outras análogas ocorridas no âmbito do Instituto, alertando-o para a necessidade de observância da Lei nº 4.990/12.

5. O Tribunal, na Sessão de 19.11.2019, acolhendo Voto deste

---

<sup>1</sup> A Lei nº 5.899/17 autorizou a instituição do Instituto Hospital de Base do DF, nomenclatura alterada para Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do DF, por meio da Lei Distrital nº 6.270/19.

*“Art. 2º Compete à Secretaria de Estado de Saúde supervisionar a gestão do IHBDF, observadas as seguintes normas e disposições: [...]”*

*XII - as aquisições, alienações e contratações pelo IHBDF são realizadas conforme seu regulamento próprio de compras e contratações, aprovado pelo Conselho de Administração, observados: [...]”*

*a) os princípios da publicidade, da impessoalidade, da moralidade, da economicidade e da eficiência;”*  
<sup>2</sup> <http://igesdf.org.br/?ato=ato-convocatorio-132-2018>

<sup>3</sup> Vinculado à Estimativa nº 94/2019. Vide <http://igesdf.org.br/?ato=estimativa-094-2019>

<sup>4</sup> <http://189.125.147.229/wp-content/uploads/2018/11/Extrato-de-Contrato-Mercado-Digital-n%C2%BA-132.2018-1.pdf>

<sup>5</sup> *“Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.*

*Art. 8º Para a implementação desta Lei, os órgãos e as entidades do Distrito Federal devem promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. [...]”*

*V – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive aos respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;”*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

Relator, exarou a Decisão nº 3.938/19-CPM (e-doc BCE46E1C-e), **in verbis**:

### **DECISÃO Nº 3.938/19 (CPM)**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator decidiu: I- conhecer do Ofício nº 219/2019-GAB-JL (e-doc D5E6F898-c), que cuida de Representação oferecida pela i. Deputada Distrital JÚLIA LUCY, por preencher os pressupostos previstos no art. 230 do Regimento Interno do TCDF; II - conceder, nos termos do art. 230, § 7º, do Regimento Interno do TCDF, o prazo de 15 (quinze) dias ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal, para se manifestar quanto ao teor da peça inaugural, relativamente aos Atos Convocatórios nºs 132/2018 e 46/2019, encaminhando cópia dos documentos referenciados em sua manifestação ou disponibilizando acesso aos respectivos processos eletrônicos; III - dar ciência desta decisão à ilustre representante da CLDF, signatária da presente demanda, alertando-a de que: a) a possível ofensa à Lei Distrital nº 4.990/12, por parte do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal, está sendo examinada por esta Corte de Contas no âmbito do Processo nº 23.963/19; b) as tramitações futuras poderão ser acompanhadas no site do Tribunal, opção “consulta processual” ou mediante cadastramento no sistema TCDF Push ([www.tc.df.gov.br](http://www.tc.df.gov.br) – Espaço do Cidadão – Acompanhamento por e-mail); IV - autorizar: a) o envio de cópia do Ofício nº 219/2019-GAB-JL (e-doc D5E6F898-c), do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal, a fim de subsidiar o cumprimento do inciso II; b) a inclusão de cópia do Ofício nº 219/2019-GAB-JL (edoc D5E6F898-c) no Processo nº 23.963/19, para subsidiar a instrução daqueles autos; c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, para as providências pertinentes.*

*Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPjTCDF, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente o Conselheiro RENATO RAINHA.” (grifei)*

6. Em cumprimento à decisão, o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal encaminhou, em 6.12.2019, o Ofício SEI-GDF nº 1853/2019 – IGESDF/DIPRE/GAPRE (e-doc 4BE7926D-c).

### **MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO:**

7. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 67/2020 –



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

DIASP3 (e-doc 2A27691F-e), de 6.7.2020, analisa a matéria, nos termos seguintes:

### ***“1.2. Síntese das Irregularidades***

*8. Do voto condutor do feito (Peça nº 7, e-DOC AC36279F-e), exarado para esta fase processual, podemos extrair que as irregularidades podem ser sintetizadas a partir dos seguintes registros:*

*a. “indícios de sobrepreço nas aquisições realizadas pelo Instituto por meio dos referidos Atos Convocatórios, os quais visavam à aquisição de cadeiras de rodas e cadeira de rodas de banho (ato nº 132/18) e de cadeiras tipo longarina de 3 lugares (ato nº 46/19)”;*

*b. ausência, no sítio da jurisdicionada, da “Íntegra do Contrato nº 24/2019, derivado do Ato Convocatório nº 132/2018, e que, mesmo após solicitação, não lhe foi concedida a cópia do documento, caracterizando possível ofensa à Lei nº 4.990/12, que regulamenta o acesso à informação no âmbito do Distrito Federal”.*

*9. Em relação à alínea “b”, à época da admissibilidade deste Processo, foi consignado que possível ofensa à Lei 4990/2012 seria analisada no Processo nº 23963/2019.*

*10. O Voto do relator (peça 7, parágrafo 13) e a Decisão nº 3938/2019 (item III.a) acataram essa sugestão de encaminhamento.*

*11. Contudo, por meio da Decisão nº 4300/2019 (exarada no Processo 23963/2019), foi determinado que os aspectos relativos à transparência deveriam ser tratados no processo autuado em função do item IV da Decisão 2922/2019.*

*12. O processo autuado para tratar do item IV da Decisão 2922/2019 foi o de número 20735/2019.*

*13. Assim, o item II da Decisão nº 3938/2019 (destes autos) determinou que o IGESDF se manifestasse apenas sobre os Atos Convocatórios nos 132/2018 e 46/2019, não sobre a representação como um todo.*

*14. Dessa forma, a análise desta Informação estará restrita aos mencionados atos convocatórios. Os aspectos relativos à transparência serão tratados no Processo nº 20735/2019.*

*15. Apresentados os fundamentos desta fase processual, passemos à manifestação do interessado.*

### ***II. Manifestação do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do***



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

### ***Distrito Federal***

16. Preliminarmente, esclareceu que o Ato Convocatório nº 132/2018 (aquisição de 200 cadeiras de banho adulto e 100 cadeiras de banho adulto obeso) tratou da Dispensa de Seleção de Fornecedores nº 052/2019.

17. Enfatizou, ainda, que esse procedimento decorreu da conclusão de “itens de cadeira de banho ‘fracassados’ conforme relatório emitido por meio da plataforma Publinexo, presente em 32376036<sup>1</sup>, e com base no Art. 25, Inciso VI do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, o qual preconiza:

*Art. 25. Poderá ser dispensada a Seleção de Fornecedores, mediante autorização da Diretoria, em especial: VI - não acudirem interessados à Seleção de Fornecedores ou as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado e esta não puder ser repetida sem prejuízo para o IGESDF ou seus pacientes;*

18. Aduziu, ainda, que:

*“A solicitação de compras foi recebida nesta gerência por meio do Elemento Técnico 003/2019 - NHS, conforme documento presente em 32377610. A cotação foi lançada na plataforma Bionexo através do ID nº 83482193 de 03/04/2019 a 10/04/2019, tendo sido visualizada por 197 possíveis fornecedores e restando deserta, sem nenhuma cotação, conforme Relatório Geral de PDC e Relatório Geral de Visualizações constantes nos documentos 32376103 e 32376166. Com o objetivo de alcançar o número mínimo de três propostas para cada item, foram enviados emails para 8 (oito) possíveis fornecedores, onde somente duas se interessaram em enviar propostas. As empresas Vital Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares e Odontológicos Eireli - ME e Speed Cadeira de Rodas, Conforto e Mobilidade Ltda.”*

19. Quanto à empresa RC Móveis Hospitalares Ltda., apresentou proposta sem especificações, com quantidades divergentes do solicitado no Elemento Técnico e com valor muito acima dos demais participantes; quando contactada, via telefone, para correção e substituição da proposta, informou ter sido engano, enviando e-mail com negativa de participação no certame, constante à fl. 12 do processo de compras, motivo pelo qual essa proposta não foi considerada no procedimento de contratação.

---

<sup>1</sup> A numeração indica o cadastro do documento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI. No decorrer da manifestação da Jurisdicionada, são feitas outras menções a documentos semelhantes a essa.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

20. *Informou, na sequência, os seguintes andamentos dos autos de aquisição:*

*“De acordo com o item 2.4 do Elemento Técnico nº 003/2019 - NHS, foram solicitadas amostras de ambos os itens para as duas únicas empresas cotantes, com o objetivo de realizar análise e comprovação da qualidade do produto, bem como do atendimento das especificações técnicas exigidas para o objeto da aquisição. Análise essa, realizada por comissão nomeada pela área demandante - Núcleo de Hotelaria em Saúde.*

*Após a análise dos itens, a comissão emitiu pareceres por meio dos formulários de análise presentes em 32376448 e 32376601 onde, perante justificativa, as amostras da empresa Vital Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares e Odontológicos Eireli - ME foram reprovadas e as da empresa Speed Cadeira de Rodas, Conforto e Mobilidade Ltda, foram aprovadas”.*

21. *Com base nessas premissas, expediu-se o Mapa Comparativo apontando a empresa Speed Cadeira de Rodas, Conforto e Mobilidade Ltda. como vencedora do certame, uma vez que apresentou a proposta mais vantajosa, de acordo com os pareceres emitidos pela comissão de amostras, justificado, ainda, pela urgência na aquisição dos itens, comprovada através do item 3 do Elemento Técnico - Justificativa da Necessidade. Depois, foi realizada tentativa de negociação, via telefone, para redução dos valores, porém, sem sucesso.*

22. *Com relação à aquisição de longarinas, consignou:*

*“No que tange ao processo de aquisição de longarinas, conforme Elemento Técnico 009/2019 - NMP 32395362, inicialmente, é importante ressaltar que a Ato Convocatório 046/2019 foi revogado por decisão da presidência do IGESDF em 28/08/2019 32398397, não resultando em qualquer aquisição do objeto em tela para o Instituto.*

*O Ofício 31751070 em questão faz menção ao processo de aquisição de cadeiras de 03 lugares do tipo longarina, Ato Convocatório 046/2019 - SEI 04016-00007330/2019-26. Dessa forma, é relevante destacar que os apontamentos abordados no Ofício supracitado refutam a estimativa de preços levantada pela equipe de compras do IGESDF, destacando que o valor médio mapeado fora considerado acima dos preços praticados no mercado, e isso, foi tido apenas com mera e simples pesquisa de preços em sites e considerando ainda, objetos similares. Ora, o referido objeto, tratase de material específico para aquisição, que por sua vez, seu descritivo foi construído com base em um*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

*instrumento técnico pela área demandante do IGESDF, nos quais estudos feitos pela área consideraram questões reais de necessidade, quantitativo e qualidade necessária para o seu devido abastecimento, perfazendo na durabilidade dos objetos”.*

23. *Tecendo considerações de cunho geral, sem vínculo aos temas propostos, ressaltou que, para os processos de compras e contratações da unidade, as pesquisas de preços se baseiam na busca por fornecedores interessados em função da utilização da plataforma Bionexo e paralelamente com fornecedores cadastrados, de modo a serem preenchidos requisitos que não redundam na busca do menor preço, apenas, sendo necessário envolver fatores como: “qualidade, condições de fornecimento, bem como que situações jurídicas, fiscais, técnicas e trabalhistas dos participantes estejam em dia para que o compromisso entre o contratante e a contratada obtenha sucesso”.*

24. *Na mesma linha, acrescentou que: “A depender do objeto, a área demandante faz exigências, acerca da entrega de amostras, isso devido ao preenchimento de fatores que visa qualidade do objeto descrito no Elemento Técnico. Trata-se de requisito para habilitação do fornecedor. Objetos similares ou que fogem dos padrões propostos não são recepcionados pelo Instituto, visto que o fornecedor participante deve cumprir na íntegra com as obrigações e exigências abordadas em Ato Convocatório e demais anexos”.*

25. *Por fim, revisitando o último assunto tratado, informou que, em 30/07/2019, houve questionamento da EUROLINE COMÉRCIO DE MÓVEIS, empresa do ramo e conhecedora do objeto em tela, participante do Processo de Seleção de Fornecedores do Ato Convocatório 046, no início da disputa de lances em 05/08/2019. Sinteticamente, declarou-se insatisfeita em função de o valor obtido como estimado por unidade ser muito inferior aos valores praticados no mercado, deduzindo que o valor mapeado estivesse defasado. Antes que o processo fosse revogado por decisão da presidência, houve a pré-habilitação da empresa TECNO2000 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., pelo valor de R\$ 1.030,00, ou seja, 55,34% abaixo do valor estimado (R\$1.600,00).*

26. *Anexou, ainda, documentação que entendeu pertinente ao trato da matéria.*

### **III. Análise**

#### **III.1. Associada à Manifestação**

27. *Preliminarmente, vejamos que a jurisdicionada cingiu-se a abordar os meandros que culminaram com o procedimento da Dispensa de Seleção de Fornecedores nº 052/2019.*





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

28. *Em apertada síntese, apontou que a aquisição não se subjugou ao fator preço, preponderando aspectos concernentes à qualidade, a condições de fornecimento, bem como a situações jurídicas, fiscais, técnicas e trabalhistas dos participantes.*

29. *Por óbvio essas condições excludentes ao fator preço não podem ser mitigadas, sobretudo pelo aspecto legal envolvido na aquisição, que, na verdade, está associado a todos os demais listados, sendo primordial o valor envolvido, que se sobressai ao vínculo individual relacionado a cada um dos demais fatores envolvidos.*

30. *Não se observou, ainda, que a jurisdicionada tenha ofertado justificativa plausível para relegar a segundo plano questão vinculada ao preço, de modo que se pudesse considerar a importância fundamentada nas demais premissas julgadas preponderantes por ela, capazes de serem exaltadas em decorrência da outra afastada.*

31. *Ou seja, não apresentou argumentos que poderiam ser preponderantes para privilegiar o enquadramento a alguns fatores e afastamento de outro, uma vez que todas as premissas relacionadas não podem ser afastadas dos princípios que regem a Administração Pública, sob pena da necessidade de explicitar circunstanciadamente os motivos dessa preponderância em detrimento de outras.*

32. *O outro tema abordado na Representação - “indícios de possíveis irregularidades no Instrumento Convocatório 46/2019, que trata da aquisição de 1.000 cadeiras do tipo longarina, com cotação de valor unitário por R\$ 1.660,00 (mil seiscentos e sessenta reais). Pesquisa promovida pela parlamentar em diversos sítios eletrônicos de itens com descrição similar à contida no instrumento convocatório revelou preços unitários da ordem de R\$ 570,00 (quinhentos e setenta reais) a R\$ 820,00 (oitocentos e vinte reais)” -, pode ser desconsiderado em função do cancelamento da aquisição noticiada; consequentemente, deflagrada a perda do objeto neste particular.*

33. *De todo modo, não se percebe na exposição que tenha havido menção circunstanciada a respeito de todos os fatores que julgou estarem envolvidos, apenas citando-os, desconsiderando que na Representação tenham sido levantadas questões determinadas e infungíveis.*

34. *Ou seja, para que pudéssemos avaliar a efetividade da manifestação da jurisdicionada, seria preciso que se destacassem, uma vez que se encontravam tecnicamente fundamentadas no ato convocatório, as qualidades capazes de justificar a escolha dos bens adquiridos, associadas ao preço dos outros fornecedores; as condições de fornecimento do item adquirido comparativamente às*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

*outras ofertas, sobretudo as de menor valor; e as empresas que não gozavam das mesmas condições jurídicas, fiscais, técnicas e trabalhistas.*

*35. Alinhada a essa ausência, não se pode observar que os esclarecimentos prestados tenham contemplado outros temas igualmente relevantes na Representação, a saber:*

*a. observância aos princípios da publicidade, da impessoalidade, da moralidade, da economicidade e da eficiência, pressupostos de afastamento do sobrepreço na aquisição discutida;*

*b. cotação de preços similares que assentaram valores de aquisição da ordem de “R\$ 175,50 (cento e setenta e cinco reais e cinquenta centavos) por cadeira de rodas banho POP e R\$ 279,00 (duzentos e setenta e nove reais) por cadeira de banho BIG”;*

*c. pesquisa a sítios eletrônicos de lojas que comercializavam esses produtos, oportunidade que se identificou cadeira de banho POP com variação de preços entre R\$ 200,00 (duzentos reais) a R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais);*

*d. benefícios de compras com economia de escala, implicando desperdício de recursos;*

*e. o acesso à íntegra do Contrato 24/2019, cujo extrato foi publicado no site do IGESDF, não foi disponibilizado no sítio eletrônico da entidade, tampouco à Representante, ainda que realizados contatos diretos da parlamentar com o IGESDF, contrariando os arts. 2º e 8º, inciso V da Lei Distrital 4.990/2012 – Lei de Acesso à Informação - tema a ser tratado no Processo nº 20.735/2019;*

*f. a necessidade de observar a Lei nº 4.990/2012, tema também a ser tratado no Processo nº 20.735/2019.*

*36. A respeito desses pontos, ratificamos a necessidade de satisfazê-los, excetuando-se as colocações contidas nas alíneas “b”, “c”, “e” e “f”.*

*37. Com relação às alíneas “b” e “c”, visto que não obtivemos referencial baseado nos levantamentos efetuados – Representação, manifestação da jurisdicionada e publicidade de atos de outra organização.*

*38. No que diz respeito às alíneas “e” e “f”, o próprio diploma legal – Lei nº 4.990/2012, fornece o remédio no caso de insatisfação do pedido de informação, conforme seu capítulo VI, no entanto, como dito, o tema será devidamente tratado no Processo nº 20.735/2019, mas, de todo modo, vejamos, sem qualquer aprofundamento, o*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

*fundamento legal para tanto, senão vejamos:*

### CAPÍTULO VI

#### DA FISCALIZAÇÃO LEGISLATIVA

*Art. 38. Os Requerimentos de Informação aprovados pelo Poder Legislativo devem ser respondidos pelas autoridades distritais responsáveis, no prazo máximo de trinta dias, sob pena de crime de responsabilidade, da seguinte forma:*

- I – as páginas dos documentos encaminhados devem ser numeradas;*
- II – os documentos encaminhados devem estar legíveis;*
- III – as respostas devem conter informações precisas e, quando necessário, serem respaldadas com relatórios, tabelas, quadros informativos e demais documentos afetos aos questionamentos.*

*Art. 39. As Indicações aprovadas pelo Poder Legislativo devem ser respondidas pelas autoridades distritais responsáveis no prazo máximo de trinta dias.*

*Art. 40. As auditorias instauradas pela Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal devem ser encaminhadas à Câmara Legislativa do Distrito Federal, trimestralmente, contendo os seguintes dados:*

- I – nome do servidor, da empresa ou do terceiro auditado;*
- II – extrato do processo, contendo o objeto da auditoria;*
- III – fase da tramitação.*

*39. Diante dessas colocações, de toda forma, reputamos insatisfatórios os esclarecimentos prestados nesta oportunidade.*

### **III.2. Outras Considerações**

#### **III.2.1. Casos Similares**

*40. Além disso, devemos trazer à baila algumas considerações relacionadas ao preço contido no Contrato nº 024/2019, da ordem unitária de R\$ 609,00, aquisição de 200 cadeiras de banho adulto e 100 cadeiras de banho adulto obeso, perfazendo a despesa de R\$ 182.700,00.*

*41. Nesse sentido, revisitemos as especificações dos bens adquiridos<sup>1</sup>:*

---

<sup>1</sup> Elemento Técnico nº 03-2019 – (NHS), Peça nº 13, e-DOC 4BE7926D-c, fl. 7.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

1- “CADEIRA DE RODAS (BANHO) **ADULTO**: APRESENTAÇÃO: COM ESTRUTURA RÍGIDA, DE ALTA QUALIDADE, MONOBLOCO, REFORÇADA, CONSTRUÍDA EM TUBOS REDONDOS DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO DE 1”, COM BOM ACABAMENTO, ASSENTO RESISTENTE, ACOPLÁVEL AO VASO SANITÁRIO, SEM ABERTURA FRONTAL, APOIO PARA BRAÇO REMOVÍVEL, APOIO PARA OS PÉS RETRÁTIL, RODAS TRASEIRAS GIRATORIAS DE 6 POLEGADAS MONTADAS EM ROLAMENTO, REFORÇADAS, ENCOSTO REVESTIDO EM CAPA LAVÁVEL, IMPERMEÁVEL E REMOVÍVEL, ESTAMPADA COM A LOGO DO IHB, RODAS DIANTEIRAS FIXADAS E REFORÇADAS DE 6 POLEGADAS MONTADAS EM ROLAMENTO, FREIOS DIANTEIROS BILATERAIS, PINTURA ELETROSTÁTICA. APLICAÇÃO: HIGIENIZAÇÃO EM SANITÁRIO E CHUVEIRO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 80 KG”.

2- “CADEIRA DE RODAS (BANHO) **ADULTO/OBESO**: APRESENTAÇÃO: COM ESTRUTURA RÍGIDA, DE ALTA QUALIDADE, MONOBLOCO, REFORÇADA, CONSTRUÍDA EM TUBOS REDONDOS DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO DE 1”, COM BOM ACABAMENTO, ASSENTO RESISTENTE, ACOPLÁVEL AO VASO SANITÁRIO, SEM ABERTURA FRONTAL, APOIO PARA BRAÇO REMOVÍVEL, APOIO PARA OS PÉS RETRÁTIL, RODAS TRASEIRAS GIRATORIAS DE 6 POLEGADAS MONTADAS EM ROLAMENTO, REFORÇADAS, ENCOSTO REVESTIDO EM CAPA LAVÁVEL, IMPERMEÁVEL E REMOVÍVEL, ESTAMPADA COM A LOGO DO IHB, RODAS DIANTEIRAS FIXADAS E REFORÇADAS DE 6 POLEGADAS MONTADAS EM ROLAMENTO, FREIOS DIANTEIROS BILATERAIS, PINTURA ELETROSTÁTICA. APLICAÇÃO: HIGIENIZAÇÃO EM SANITÁRIO E CHUVEIRO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 120 KG”.

42. Em pesquisa<sup>1</sup> realizada para fins de aquisição de bens similares, deparamo-nos com o Pregão Eletrônico nº 26/2020 - SES, de objeto:

### “Pregão Eletrônico Nº 26/2020

**Objeto:** Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição, em Sistema de Registro de Preços, de material de ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPME) CADEIRA DE RODAS - DIVERSAS, contemplados na Tabela SUS DE OPME do Ministério da Saúde, para atender as demandas da Gerência de Serviços de Saúde Funcional da Secretaria de Saúde do DF, conforme especificações e quantitativos

<sup>1</sup> <http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/livre/pregao/ata0.asp>



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

*constantes no Anexo I do Edital.*

**Edital a partir de:** 03/02/2020 das 08:00 às 12:00 Hs e das 13:00 às 17:00 Hs

**Endereço:** Sain - Parque Rural Estação Biológica-asa Norte  
1º Andar Sala 124 - - BRASÍLIA (DF)

**Telefone:**

**Fax:**

**Entrega da Proposta:** 03/02/2020 às 08:00Hs

### **Itens de Material**

#### **1 - CADEIRA DE RODAS**

CADEIRA DE RODAS, TIPO FUNCIONAMENTO MANUAL, TIPO CONSTRUTIVO FIXA, MATERIAL ESTRUTURA AÇO INOXIDÁVEL, ACABAMENTO ESTRUTURA ESMALTADO, TIPO USO BANHO, TAMANHO ADULTO, TIPO ENCOSTO ENCOSTO FIXO, ACABAMENTO DO ENCOSTO E ASSENTO PLÁSTICO RESISTENTE, TIPO DE PNEU PNEUS DIANTEIROS MACIÇOS, TIPO PNEU TRASEIROTRASEIRO MACIÇO, APOIO PÉS APOIO PÉS FIXO, CAPACIDADE MÁXIMA ATÉ 250 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ENCAIXE PARA VASO SANITÁRIO

*Tratamento Diferenciado: -*

*Aplicabilidade Decreto 7174: Não*

*Aplicabilidade Margem de Preferência: Não*

*Quantidade: 166*

*Unidade de fornecimento: Unidade*

#### **2 - CADEIRA DE RODAS**

CADEIRA DE RODAS, TIPO FUNCIONAMENTO MANUAL, TIPO CONSTRUTIVO FIXA, MATERIAL ESTRUTURA AÇO INOXIDÁVEL, ACABAMENTO ESTRUTURA ESMALTADO, TIPO USO BANHO, TAMANHO ADULTO, TIPO ENCOSTO ENCOSTO FIXO, ACABAMENTO DO ENCOSTO E ASSENTO PLÁSTICO RESISTENTE, TIPO DE PNEU PNEUS DIANTEIROS MACIÇOS, TIPO PNEU TRASEIROTRASEIRO MACIÇO, APOIO PÉS APOIO PÉS FIXO, CAPACIDADE MÁXIMA ATÉ 250 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ENCAIXE PARA VASO SANITÁRIO

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

*Tratamento Diferenciado: -**Aplicabilidade Decreto 7174: Não**Aplicabilidade Margem de Preferência: Não**Quantidade: 55**Unidade de fornecimento: Unidade”***43. De resultado:****“GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GDF****Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal****Pregão Eletrônico Nº 00026/2020(SRP)****RESULTADO POR FORNECEDOR**

05.696.494/0001-04 - HAI AEL COMERCIAL EIRELI						
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global
1	CADEIRA DE RODAS	Unidade	166	R\$ 450,0000	R\$ 445,0000	R\$ 73.870,0000
<b>Marca:</b> Ortomix <b>Fabricante:</b> Ortopedia Brasil <b>Modelo / Versão:</b> Standard Banho Plus Aço Fixa <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Cadeira de rodas para banho com aro de propulsão, com estrutura rígida, monobloco, construída em tubos redondos de aço inoxidável ou de aço carbono de no mínimo 1” de diâmetro e 1,25 mm de espessura de parede, soldadas bem acabadas, acoplável ao vaso sanitário. Com abertura frontal, apoio para braço removível ou escamoteável, pedais articuláveis, rodas dianteiras giratórias de 6”, rodas traseiras de 20 a 24” e freios bilaterais nas rodas traseiras. Aros de alumínio ou polipropileno e eixos com rolamentos blindados. Encosto acolchoado revestido em capa impermeável e removível. Pintura: eletrostática. Tamanhos de 40 a 50 de largura. Aplicação: para higienização em sanitário e chuveiro.						
2	CADEIRA DE RODAS	Unidade	55	R\$ 450,0000	R\$ 445,0000	R\$ 24.475,0000
<b>Marca:</b> Ortomix <b>Fabricante:</b> Ortopedia Brasil <b>Modelo / Versão:</b> Standard Banho Plus Aço Fixa <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Cadeira de rodas para banho com aro de propulsão, com estrutura rígida, monobloco, construída em tubos redondos de aço inoxidável ou de aço carbono de no mínimo 1” de diâmetro e 1,25 mm de espessura de parede, soldadas bem acabadas, acoplável ao vaso sanitário. Com abertura frontal, apoio para braço removível ou escamoteável, pedais articuláveis, rodas dianteiras giratórias de 6”, rodas traseiras de 20 a 24” e freios bilaterais nas rodas traseiras. Aros de alumínio ou polipropileno e eixos com rolamentos blindados. Encosto acolchoado revestido em capa impermeável e removível. Pintura: eletrostática. Tamanhos de 40 a 50 de largura. Aplicação: para higienização em sanitário e chuveiro.						
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>R\$ 98.345,0000</b>

44. Vejamos, a partir dessas informações, que, enquanto na aquisição proveniente do Ato Convocatório nº 132/108, referente à Dispensa de Seleção de Fornecedores nº 052/2019, o preço unitário alcançou os R\$ 609,00 (aquisição de 200 cadeiras de banho adulto e 100 cadeiras de banho adulto obeso), no citado Pregão Eletrônico nº 26/2020, R\$ 445,00.

45. Há que se notar que as quantidades também são diferentes: enquanto nessa primeira aquisição, houve compra de 300 cadeiras de rodas, na segunda, a esse preço menor, 221 unidades.

46. Daí, não haver ganho de escala no procedimento anterior, a despeito da quantidade maior adquirida naquela oportunidade.

47. Destaque-se que, a partir dessas premissas, entre uma aquisição e outra, o preço foi 27% menor na mais recente, com forte





# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

*indício, não de sobrepreço, mas de superfaturamento na primeira, referente à aquisição realizada pelo citado rito de dispensa de seleção de fornecedores.*

*48. Registre-se, ainda, que na aquisição de menor preço, rito normal, a capacidade desta registrou o bem para suportar 250 Kg, em ambos os casos citados; ao passo que, a de rito excepcional (dispensa) e mais caro, a primeira de 80 Kg e a outra, 120 Kg, no mínimo.*

*49. Devemos rememorar que a exordial apontava sobrepreço diante de parâmetros que apontou naquela peça inaugural, não contestado pela jurisdicionada, também comentado no § 35.*

*50. Em consulta a outra fonte para verificarmos os preços praticados pelo Sistema SUS<sup>1</sup>, deparamo-nos com referenciais específicos e definidos na tabela de mesma origem, a exemplo do que consta para a aquisição objeto destes autos.*

*51. Nesse sentido, vejamos o valor do bem apregoado pela Tabela SUS:*

"Procedimento  
Procedimento: 07.01.01.003-7 - CADEIRA DE RODAS PARA BANHO COM ASSENTO SANITÁRIO  
Grupo: 07 - Órteses, próteses e materiais especiais  
Sub-Grupo: 01 - Órteses, próteses e materiais especiais não relacionados ao ato cirúrgico  
Forma de Organização: 01 - OPM auxiliares da locomoção  
Competência: 04/2020 [Histórico de alterações](#)

Modalidade de Atendimento: Ambulatorial  
Complexidade: Não se Aplica  
Financiamento: Média e Alta Complexidade (MAC)  
Sub-Tipo de Financiamento:  
Instrumento de Registro: BPA (Individualizado)  
Sexo: N/A  
Média de Permanência:  
Tempo de Permanência:  
Quantidade Máxima: 1  
Idade Mínima: Não se aplica  
Idade Máxima: Não se aplica  
Pontos:  
Atributos Complementares: Exige CNS

Valores  
Serviço Ambulatorial: R\$ 230,00 Serviço Hospitalar: R\$ 0,00  
Total Ambulatorial: R\$ 230,00 Serviço Profissional: R\$ 0,00  
Total Hospitalar: R\$ 0,00

Descrição	CID	CBO	Leito	Serviço Classificação	Habilitação	Redes	Origem	Regra Condicionada	Reneges	TUSS
Descrição CADEIRA DE RODAS PARA BANHO COM ASSENTO SANITARIO, CONFECCIONADA EM ALUMINIO OU ACO TUBULAR, PINTURA ELETROSTATICA, ESTRUTURA A PERMITIR O ENCAIXE SOBRE VASO SANITARIO NORMAL. BRACOS FIXOS ENCOSTO PADRAO, PROVIDAS DE QUATRO RODAS PEQUENAS, COM PNEUS MACICOS, SENDO AS TRASEIRAS FIXAS E DIANTEIRAS GIRATORIAS, FREIO BILATERAL COM SISTEMA ESTICADOR, APOIO PARA OS PES.										

*52. Observe-se que o preço está atualizado até abril de 2020, conforme se encontra consignado na tabela acima colacionada, cujo valor unitário do bem objeto de discussão se encontra fixado*

<sup>1</sup> <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/procedimento/exibir/0701010037/04/2020>



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

*no valor de R\$ 230,00, o que converge com uma das premissas eleitas pela representante, no entanto, sem constar outras especificações técnicas como capacidade, tamanho, etc.*

*53. Com isso, observa-se que o referencial de preço contido na exordial, apesar de não declinada a fonte nessa peça inaugural, tem procedência porque constante de publicação oficial – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS.*

### **III.2.2. Avaliação de Outros Órgãos de Controle**

*54. Por fim, não consta que a matéria presente nestes autos tenha sido objeto de apreciação pelo TCU, CGDF, MPDFT e TJDF, de modo a ofertarmos as tratativas que pudessem ter ocorrido no âmbito daquelas alçadas, capazes de influenciar o que anotamos para esta fase processual.*

### **IV. Da Conclusão**

*55. Cuidam os autos da Representação oferecida pela Deputada Distrital JÚLIA LUCY, a respeito de possíveis irregularidades nas aquisições realizadas por meio dos Atos Convocatórios nºs 132/2018 e 46/2019, do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF.*

*56. A Decisão nº 3.938/2019 foi prolatada para esta fase processual no sentido de conceder ao citado órgão a oportunidade de se manifestar quanto aos termos dessa peça inaugural.*

*57. Podemos sintetizar que a matéria circunda os seguintes aspectos a serem esclarecidos, preliminarmente, antes de expurgarmos inconsistências que restaram superadas nesta oportunidade:*

*a. observância aos princípios da publicidade, da impessoalidade, da moralidade, da economicidade e da eficiência, pressupostos de afastamento do sobrepreço na aquisição discutida;*

*b. cotação de preços similares que assentaram valores de aquisição da ordem de “R\$ 175,50 (cento e setenta e cinco reais e cinquenta centavos) por cadeira de rodas banho POP e R\$ 279,00 (duzentos e setenta e nove reais) por cadeira de banho BIG”;*

*c. pesquisa a sítios eletrônicos de lojas que comercializavam esses produtos, oportunidade que se identificou cadeira de banho POP com variação de preços entre R\$ 200,00 (duzentos reais) a R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais);*

*d. benefícios de compras com economia de escala,*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

*implicando desperdício de recursos;*

*e. o acesso a íntegra do Contrato 24/2019, cujo extrato foi publicado no site do IGESDF, não foi disponibilizado no sítio eletrônico da entidade, tampouco à Representante, ainda que realizados contatos diretos da parlamentar com o IGESDF, contrariando os arts. 2º e 8º, inciso V da Lei Distrital 4.990/2012 – Lei de Acesso à Informação;*

*f. a necessidade de observar a Lei nº 4.990/2012.*

*g. “índícios de sobrepreço nas aquisições realizadas pelo Instituto por meio dos referidos Atos Convocatórios, os quais visavam à aquisição de cadeiras de rodas e cadeira de rodas de banho (ato nº 132/18) e de cadeiras tipo longarina de 3 lugares (ato nº 46/19);*

*h. ausência , no sítio da jurisdicionada, da “íntegra do Contrato nº 24/2019, derivado do Ato Convocatório nº 132/2018, e que, mesmo após solicitação, não lhe foi concedida a cópia do documento, caracterizando possível ofensa à Lei nº 4.990/12, que regulamenta o acesso à informação no âmbito do Distrito Federal”.*

*58. Para a aquisição de cadeiras de rodas e cadeira de rodas de banho (ato nº 132/18), da análise realizada nos esclarecimentos prestados, observamos que a jurisdicionada ocupou-se em abordar aspectos relacionados aos procedimentos da Dispensa de Seleção de Fornecedores nº 052/2019, sintetizando que a aquisição não se subjugou ao fator preço, preponderando aspectos concernentes à qualidade, a condições de fornecimento, bem como a situações jurídicas, fiscais, técnicas e trabalhistas dos participantes, como elementos essenciais para o triunfo da contratação.*

*59. No entanto, as condições excludentes ao fator preço não foram devidamente aquinhoadas perante os fatores que preponderaram na escolha.*

*60. Assim, não se observou que a jurisdicionada tenha ofertado justificativa plausível para a eleição desse critério, de modo a privilegiá-lo em detrimento do preço.*

*61. Com relação à aquisição de cadeiras tipo longarina de 3 lugares (ato nº 46/19), pode ser desconsiderado em função do cancelamento do procedimento, estando deflagrada a perda do objeto neste quesito.*

*62. Com relação às alíneas “b” e “c”, § 57, visto que não obtivemos referencial baseado nos levantamentos efetuados – Representação, manifestação da jurisdicionada e publicidade de atos de outra organização, tais questões podem ser desconsideradas.*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

63. Outrossim, no que diz respeito às alíneas “e” e “f”, o próprio diploma legal – Lei nº 4.990/2012, fornece o remédio no caso de insatisfação do pedido de informação, conforme seu capítulo VI, no entanto, a ser discutido nos autos do Processo nº 20.735/2019.

64. Desse modo, quanto aos esclarecimentos para a questão vigente consideramos que não se encontravam tecnicamente fundamentados os fatores tidos por relevantes para justificar a aquisição, tendo em vista que não se debateram as qualidades capazes de justificar a escolha dos bens adquiridos, associadas ao preço dos outros fornecedores, as condições de fornecimento do item adquirido comparativamente às outras ofertas, sobretudo as de menor valor, bem como os motivos de as demais empresas participantes do certame não estarem gozando das mesmas condições jurídicas, fiscais, técnicas e trabalhistas daquela vencedora.

65. Diante dessas colocações, reputamos insatisfatórios os esclarecimentos prestados nesta oportunidade, especialmente quanto às seguintes questões, que não restaram superadas pelos motivos que serão apresentados nos parágrafos subsequentes:

a. observância aos princípios da publicidade, da impessoalidade, da moralidade, da economicidade e da eficiência, pressupostos de afastamento do sobrepreço na aquisição discutida;

b. cotação de preços similares que assentaram valores de aquisição da ordem de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) e R\$ 445,00 (quatrocentos e quarenta e cinco reais) por cadeira de banho, valores esses que apartam a chamada compra com economia de escala, implicando desperdício de recursos, em função de a Dispensa de Seleção de Fornecedores nº 052/2019, ter alcançado preço unitário da ordem de R\$ 609,00 (aquisição de 200 cadeiras de banho adulto e 100 cadeiras de banho adulto obeso), em contraposição à Tabela SUS e ao Pregão Eletrônico nº 26/2020, respectivamente;

c. indícios de sobrepreço e superfaturamento nas aquisições realizadas pelo Instituto por meio do referido Ato Convocatório, o qual visava à aquisição de cadeiras de rodas e cadeira de rodas de banho (ato nº 132/18).

66. Para confrontarmos melhor o panorama eleito na exordial, levantamos outras aquisições similares à do Contrato nº 024/2019, da ordem unitária de R\$ 609,00, aquisição de 200 cadeiras de banho adulto e 100 cadeiras de banho adulto obeso, perfazendo a despesa de R\$ 182.700,00.

67. Dentro desse propósito, deparamo-nos com o Pregão



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

*Eletrônico nº 26/2020 - SES, de mesmo objeto, realizado neste exercício de 2020.*

*68. Ficou evidenciado que, enquanto na aquisição proveniente do Ato Convocatório nº 132/108, referente à Dispensa de Seleção de Fornecedores nº 052/2019, o preço unitário alcançou os R\$ 609,00 (aquisição de 200 cadeiras de banho adulto e 100 cadeiras de banho adulto obeso), no citado Pregão Eletrônico nº 26/2020, R\$ 445,00, para uma quantidade menor de bens de mesma espécie, 221 unidades, não havendo ganho de escala.*

*69. Destaque-se que, a partir dessas premissas, entre uma aquisição e outra, o preço foi 27% menor na mais recente, com forte indício, não de sobrepreço, mas de superfaturamento na aquisição objeto destes autos, uma vez que ocorre o adimplemento das obrigações das partes.*

*70. Outro fator que pode agravar essa conclusão diz respeito ao fato de naquela aquisição de menor preço, rito normal, a capacidade desta registrou o bem para suportar 250 Kg, em ambos os casos avaliados, ao passo que, a de rito excepcional (dispensa) e mais caro, tal capacidade estava consignada na primeira para 80 Kg e para a outra, 120 Kg, no mínimo.*

*71. Em outra fonte, Tabela SUS, para aquisição de bem similar, encontra-se preço referenciado no valor de R\$ 230,00, o que converge com uma das premissas eleitas pela representante, no entanto, sem constar outras especificações técnicas como capacidade, tamanho, etc.*

*72. Com isso, observa-se que o referencial de preço contido na exordial, apesar de não declinadas as fontes nessa peça inaugural, tem procedência porque constante de publicação oficial – Comprasnet e Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS.*

*73. De todo modo, diante das premissas assinaladas, podemos anuir que o preço de aquisição de cadeiras de rodas e cadeira de rodas de banho (Ato Convocatório nº 132/18), situou-se acima dos preços de mercado, em função de os referenciais coletados por esta instrução situarem-se na faixa de R\$ 230,00 e R\$ 445,00, divergente do valor efetivamente despendido, à margem do razoável, no valor de R\$ 609,00.*

*74. Isso posto, os fatos apontam para a instauração de Tomada de Contas Especial, em função de potencial prejuízo ocasionado pela aquisição constante do Ato convocatório nº 132/2018, Dispensa de Seleção de Fornecedores nº 052/2019, Contrato nº 024/2019, do IGESDF.*

*75. Outras questões merecem ser sopesadas, em atenção à ampla defesa e ao contraditório.*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

76. Por isso, deve-se chamar o então titular do órgão para comparecer perante este Tribunal para apresentar razões de justificativa, Sr. Francisco Araújo Filho, CPF nº 376.089.403-87, tendo por fundamento aspectos que envolvem o Ato Convocatório nº 132/2018, a Dispensa de Seleção de Fornecedores nº 052/2019, que culminou com o Contrato nº 024/2019, do IGESDF, em função das seguintes premissas elencadas nessa aquisição:

a. inobservância aos princípios da publicidade, da impessoalidade, da moralidade, da economicidade e da eficiência, pressupostos de afastamento do sobrepreço na aquisição discutida;

b. cotação de preços similares que assentaram valores de aquisição da ordem de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) e R\$ 445,00 (quatrocentos e quarenta e cinco reais) por cadeira de banho, valores esses que apartam a chamada compra com economia de escala, implicando desperdício de recursos, em função de a Dispensa de Seleção de Fornecedores nº 052/2019, ter alcançado preço unitário da ordem de R\$ 609,00 (aquisição de 200 cadeiras de banho adulto e 100 cadeiras de banho adulto obeso), em contraposição à Tabela SUS e ao Pregão Eletrônico nº 26/2020, respectivamente;

c. indícios de sobrepreço e superfaturamento nas aquisições realizadas pelo Instituto por meio do referido Ato Convocatório, o qual visava à aquisição de cadeiras de rodas e cadeira de rodas de banho.

77. Registre-se que esse agente responsável foi o destinatário da Decisão nº 3.938/2019, conforme assentamento contido na Peça nº 12, e-doc A32AB0E9-c, o que deveria merecer desse interessado maior acuidade no pronunciamento a ele oportunizado, o que corrobora a necessidade de este Tribunal chamá-lo pessoalmente para esclarecer as questões que restaram inconclusas, que apontam para fortes indícios de prejuízo ao erário, bem como violação aos princípios aludidos.”

8. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

“I - tomar conhecimento:

a) da manifestação da jurisdicionada, conforme Peça nº 13, e-doc 4BE7926D-c;

b) da Informação 67/2020-DIASP3;

II - considerar procedente a Representação objeto destes autos;





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

*III - determinar a oitiva do Sr. Francisco Araújo Filho, CPF nº 376.089.403-87, a título de razões de justificativa, em função do que se apresenta consignado no § 76 desta instrução, subsidiariamente na respectiva Matriz de Responsabilização, conforme Peça nº 15, e-doc 3E7231AB-e;*

*IV - autorizar:*

*a) a ciência desta Decisão à Representante, Jurisdicionada e demais interessados;*

*b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP, para acompanhamento das medidas prolatadas para a próxima fase processual.”*

9. Em cota complementar, o Sr. Diretor da 3ª DIASP, por meio da Informação nº 68/2020 – DIASP3 (e-doc 2087E723-e), de 13.8.2020, apresentou proposta divergente à do Corpo Técnico, a qual foi acolhida pelo Sr. Secretário de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-doc F113FA97-e). Do referido pronunciamento, destaca-se:

*“5. Por intermédio da Informação 67/2020 - DIASP 3 (Peça 16, e-DOC 2A27691F-e), o ACE José Tadeu Rodrigues Pereira realizou a análise do mérito da Representação e sugeriu a audiência do então Diretor-Presidente do IGESDF à época da execução dos Atos Convocatórios ora analisados. Não obstante, entende-se que os autos podem ter direcionamento diverso, consoante disposto a seguir.*

*6. Conforme consignado na Informação, o Auditor concluiu que houve superfaturamento dos objetos adquiridos por meio da Dispensa de Seleção de Fornecedores 052/2019, oriunda do Ato Convocatório 132/2018, tendo em vista a comparação dos preços praticados na Dispensa com aqueles registrados em pregão realizado pela SES/DF (Pregão 26/2020) e na Tabela SUS.*

*7. Preliminarmente, cabe mencionar que o Ato Convocatório 132/2018 tratava de procedimento de seleção de fornecedores na modalidade “Mercado Digital” e foi realizado para aquisição de 7 itens. Os 3 primeiros itens foram homologados pelo valor total de R\$ 314.820,00 (trezentos e quatorze mil, oitocentos e vinte reais), o que resultou no Contrato 24/2019. Porém, esse ajuste não é objeto destes autos, pois as cadeiras de rodas indicadas na Representação, apesar de terem feito parte do referido Ato Convocatório (itens 4 e 5 do Ato Convocatório), foram classificadas como fracassadas nesse certame<sup>1</sup>.*

---

<sup>1</sup> Informação obtida por meio do acesso à Ata do Pregão realizado pelo IGESDF na plataforma Bionexo.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

8. Assim, as cadeiras de rodas para banho relatadas na Exordial, após restarem fracassadas no mencionado Ato Convocatório, foram adquiridas por meio da Dispensa de Seleção de Fornecedores 52/2019 e, frise-se, não são objeto do Contrato 24/2019, mas sim de outro ajuste, não apresentado pelo IGESDF, nem localizado no sítio eletrônico do Instituto.

9. Não obstante, no que concerne ao valor da aquisição, foi consignado que o preço unitário das cadeiras de rodas para banho foi de R\$ 609,00 (seiscentos e nove reais), valor acima do identificado no Pregão Eletrônico 26/2020, que trata da aquisição de cadeira de rodas pela SES/DF em Sistema de Registro de Preços, realizado em 03.02.2020. Nesse Pregão, o preço unitário da aquisição de 221 cadeiras de rodas similares foi de R\$ 445,00 (quatrocentos e quarenta e cinco reais) (Peça 16, e-DOC 2A27691F-e).

10. Nesse passo, cabe informar que, conforme documento encaminhado pelo IGESDF por meio do Ofício 1853/2019 – IGESDF, os valores unitários dos materiais adquiridos foram: R\$ 598,74 (quinhentos e noventa e oito reais, setenta e quatro centavos), para cadeira de rodas de banho adulto, e R\$ 630,25 (seiscentos e trinta reais, vinte e cinco centavos), para cadeira de rodas de banho adulto obeso (Peça 13, e-DOC 4BE7926D-c, fls. 24/25). Assim, atribuir a ambos os tipos de cadeiras de rodas o valor unitário de R\$ 609,00 (seiscentos e nove reais) desconsidera as diferenças entre os dois objetos da Dispensa, podendo interferir na análise dos preços praticados pelo IGESDF e na apuração de eventual prejuízo.

11. No que tange à utilização dos valores do Pregão 26/2019 – SES/DF, ressalta-se que a citada licitação ocorreu em 03.02.2020 (Peça 16, e-DOC 2A27691F-e), isto é, aproximadamente 9 meses após a realização da Dispensa de Seleção de Fornecedores 052/2019, ocorrida em 29.04.2019 (Peça 13, e-DOC 4BE7926D-c, fl. 25).

12. Pondera-se que a utilização de preços contemporâneos ao procedimento de contratação a ser analisado se mostra como metodologia mais adequada para apuração de eventual sobrepreço ou superfaturamento. Nesse sentido, o Boletim Informativo de Licitações Temático desta Corte de Contas, referente ao ano de 2017<sup>2</sup>:

“para a realização de pesquisa de preços em processo

Disponível em:

[https://www.publinexo.com.br/publinexo/jsp/publico/pb\\_popup\\_ata.jsp?prg\\_id=19573&tipo=CR&tipoAta=PRE](https://www.publinexo.com.br/publinexo/jsp/publico/pb_popup_ata.jsp?prg_id=19573&tipo=CR&tipoAta=PRE). Acesso em 03.07.2020.

<sup>2</sup>

Disponível

em:

[https://jurisprudencia.tc.df.gov.br/wpcontent/uploads/2017/08/DECISOES\\_TCDF\\_BOLETINS\\_LI\\_CITACAO\\_2017\\_Original-3.pdf](https://jurisprudencia.tc.df.gov.br/wpcontent/uploads/2017/08/DECISOES_TCDF_BOLETINS_LI_CITACAO_2017_Original-3.pdf). Acesso em: 03.07.2020.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

*licitatório, deve-se utilizar como parâmetro os valores das contratações celebradas por outros entes públicos, desde que os contratos tenham tido suas vigências findadas até 180 dias anteriores à data da pesquisa ou que estejam ainda em execução, de acordo com o inciso II do art. 2º do Decreto distrital nº 36.220/2014.”*

13. A despeito de esse enunciado se referir à fase de pesquisa de preços no processo licitatório, deve-se priorizar essa orientação quando da análise de possível superfaturamento.

14. O outro parâmetro utilizado na Informação 67/2020 - DIASP 3 (Peça 16, e-DOC 2A27691F-e) como indício de superfaturamento foi a Tabela SUS, na qual um bem similar aos que foram adquiridos pelo IGESDF apresenta valor unitário de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais), com preços atualizados até abril de 2020 (Peça 16, e-DOC 2A27691F-e).

15. No entanto, reproduziu-se a pesquisa citada na Instrução e verificou-se que o valor atual da Tabela SUS é o mesmo desde a data em que foi inserido nessa tabela, em janeiro de 2008<sup>3</sup>. Assim, essa referência não se mostra adequada para ser utilizada como parâmetro da compra efetuada pelo IGESDF em 2019.

Procedimento																					
Procedimento: 07.01.01.003-7 - CADEIRA DE RODAS P/ BANHO C/ ASSENTO SANITARIO																					
Grupo:		07 - Órteses, próteses e materiais especiais																			
Sub-Grupo:		01 - Órteses, próteses e materiais especiais não relacionados ao ato cirúrgico																			
Forma de Organização:		01 - OPM auxiliares da locomoção																			
Competência:		01/2008 <a href="#">Histórico de alterações</a>																			
Modalidade de Atendimento:		Ambulatorial																			
Complexidade:		Não se Aplica																			
Financiamento:		Média e Alta Complexidade (MAC)																			
Sub-Tipo de Financiamento:		BPA (Individualizado)																			
Instrumento de Registro:		Ambos																			
Sexo:		Ambos																			
Média de Permanência:		1																			
Tempo de Permanência:		0 meses																			
Quantidade Máxima:		110 anos																			
Idade Mínima:		Pontos																			
Idade Máxima:		Pontos																			
Atributos Complementares:		Pontos																			
Valores		<table border="1"> <tr> <td>Serviço Ambulatorial:</td> <td>R\$ 230,00</td> <td>Serviço Hospitalar:</td> <td>R\$ 0,00</td> </tr> <tr> <td>Serviço Profissional:</td> <td>R\$ 0,00</td> <td>Serviço Hospitalar:</td> <td>R\$ 0,00</td> </tr> <tr> <td>Total Ambulatorial:</td> <td>R\$ 230,00</td> <td>Total Hospitalar:</td> <td>R\$ 0,00</td> </tr> </table>								Serviço Ambulatorial:	R\$ 230,00	Serviço Hospitalar:	R\$ 0,00	Serviço Profissional:	R\$ 0,00	Serviço Hospitalar:	R\$ 0,00	Total Ambulatorial:	R\$ 230,00	Total Hospitalar:	R\$ 0,00
Serviço Ambulatorial:	R\$ 230,00	Serviço Hospitalar:	R\$ 0,00																		
Serviço Profissional:	R\$ 0,00	Serviço Hospitalar:	R\$ 0,00																		
Total Ambulatorial:	R\$ 230,00	Total Hospitalar:	R\$ 0,00																		
Descrição	CID	CBO	Leito	Serviço Classificação	Habilitação	Redes	Origem	Regra Condicionada	Renases TUSS												
<p>CADEIRA DE RODAS PARA BANHO COM ASSENTO SANITARIO, CONFECCIONADA EM ALUMINIO OU ACO TUBULAR, PINTURA ELETROSTATICA, ESTRUTURA A PERMITIR O ENCAIXE SOBRE VASO SANITARIO NORMAL. BRACOS FIXOS ENCOSTO PADRAO, PROVIDAS DE QUATRO RODAS PEQUENAS, COM PNEUS MACIOS, SENDO AS TRASEIRAS FIXAS E DIANTEIRAS GIRATORIAS, FREIO BILATERAL COM SISTEMA ESTICADOR, APOIO PARA OS PES.</p>																					

Figura 1. Valor da cadeira de rodas para banho na Tabela SUS, competência de janeiro de 2008

16. Além disso, a Tabela SUS, estabelecida mediante a Portaria GM/MS 321/2007<sup>4</sup>, é disponibilizada e gerenciada pelo Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e

<sup>3</sup> Dados disponíveis em:

<http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/procedimento/exibir/0701010037> e <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/procedimento/exibir/0701010037/01/2008>.

Acesso em 03.07.2020

<sup>4</sup> Disponível em:

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt0321\\_08\\_02\\_2007\\_comp.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt0321_08_02_2007_comp.html). Acesso em 03.07.2020



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

*OPME do SUS – SIGTAP e tem por finalidade estabelecer os parâmetros para registro dos procedimentos realizados pelos estabelecimentos públicos de saúde e para o repasse de recursos da União para os demais entes da federação. Dessa forma, os valores consignados nesse sistema não representam, necessariamente, os preços de mercado.*

*17. Nesse contexto, procedeu-se a pesquisa de preços complementar à registrada na Informação 67/2020 – DIASP3, a fim de buscar possíveis referências que fossem mais adequadas para análise de eventual superfaturamento. A busca por preços praticados no âmbito de contratações públicas realizadas em período semelhante à aquisição do IGESDF ocorreu por meio de consulta por Atas de Registro de Preços no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet em conjunto com o sistema de administração de materiais da SES/DF, Alphalinc (PT 01 – Pesquisa de Preços, PT 02 – Editais dos Pregões e PT 03 – Atas de Registro de Preços e Homologação<sup>5</sup>).*

*18. Considerando que o IGESDF adquiriu dois tipos diferentes de cadeira de rodas: uma para banho adulto e outra para banho adulto obeso, realizou-se pesquisa de preços considerando esses dois tipos de equipamentos de auxílio locomoção, de forma que a análise será realizada separadamente.*

*19. Primeiramente, cumpre registrar que não se encontraram descrições de cadeiras de rodas para banho exatamente iguais às descrições do Elemento Técnico apresentado pelo IGESDF. Nesse sentido, utilizaram-se os procedimentos de licitação com descrições que mais se assemelhavam às do IGESDF.*

*20. Conforme o Elemento Técnico 03/2019, a cadeira de rodas de banho para adulto adquirida pelo IGESDF na quantidade de 200 unidades possui a seguinte descrição (Peça 13, e-DOC 4BE7926D-c, fl. 7):*

*CADEIRA DE RODAS (BANHO) ADULTO: APRESENTAÇÃO: COM ESTRUTURA RÍGIDA, DE ALTA QUALIDADE, MONOBLOCO, REFORÇADA, CONSTRUÍDA EM TUBOS REDONDOS DE ALUMÍNIO AERONAUTICO TEMPERADO DE 1", COM BOM ACABAMENTO, ASSENTO RESISTENTE, ACOPLÁVEL AO VASO SANITÁRIO, SEM ABERTURA FRONTAL, APOIO PARA BRAÇO REMOVÍVEL, APOIO PARA OS PÉS RETRÁTIL, RODAS TRASEIRAS GIRATÓRIAS DE 6 POLEGADAS MONTADAS EM ROLAMENTO, REFORÇADAS, ENCOSTO REVESTIDO EM CAPA LAVÁVEL, IMPERMEÁVEL E REMOVÍVEL, ESTAMPADA COM A LOGO DO IHB, RODAS DIANTEIRAS FIXADAS E REFORÇADAS DE 6 POLEGADAS MONTADAS EM ROLAMENTO, FREIOS DIANTEIROS BILATERAIS, PINTURA ELETROSTÁTICA. APLICAÇÃO:*

---

<sup>5</sup> Documentos associados a estes autos

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

**HIGIENIZAÇÃO EM SANITÁRIO E CHUVEIRO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 80 KG.**

21. A busca no sistema de consultas do Comprasnet e no Alphasinc apresentou os seguintes procedimentos licitatórios de interesse para análise dos preços da cadeira de rodas de banho adulto (PTs 01 a 03):

**Tabela 1. Pesquisa de preços de licitações públicas para cadeira de rodas de banho adulto.**

Número do Pregão <sup>6</sup>	Código BR	Descrição do Objeto (Edital)	Quantidade	Valor Unitário (R\$)
66/2018	400778	<b>Código Tab. SUS: 07.01.01.00.37</b> <b>Cadeiras de rodas p/banho com assento sanitário</b> Cadeiras de Rodas p/ Banho c/ Assento Sanitário: confeccionado em alumínio ou aço tubular, pintura eletrostática, estrutura a permitir o encaixe sobre vaso sanitário normal, braços fixos encosto padrão, providas de quatro rodas pequenas, com pneus maciços, sendo as traseiras fixas e dianteiras giratórias, freio bilateral com sistema esticador, apoio para pés.	120	208,00
50/2018	400778	Cadeira para banho e auxílio no vaso sanitário, para uso intra hospitalar, com as seguintes características mínimas aproximadas. 1) Para pacientes adultos, com capacidade máxima de peso de 120 kg. 2) Estrutura fixa, fabricada com aço inoxidável AISI 304 ou material superior. 3) Encosto de material durável, lavável e de fácil limpeza e desinfecção. 4) Rodízios rolamentados, com, no mínimo, de 6 polegadas de diâmetro e freio em, pelo menos, 02 deles. 5) Deve possuir assento sanitário com abertura na parte frontal, confeccionado em fibra de vidro ou equivalente, de alta durabilidade e com acabamento liso. 6) Os braços laterais devem ser removíveis, com estofamento em poliuretano injetado, de alta durabilidade. 7) Largura aproximada de 50 cm. 8) Deve possuir apoio para os braços e pés. 9) Garantia mínima de 12 meses a contar da data de entrega.	5	484,99

<sup>6</sup> Pregão 66/2018: UASG Gerenciadora 150221 – Hospital das Clínicas da UFTM, período de vigência: 17/12/2018 a 17/12/2019; Pregão 50/2018: UASG Gerenciadora 155124 – Hospital Univ. M Aparecida Pedrossian, período de vigência: 18/10/2018 a 18/10/2019; Pregão 82/2018: UASG Gerenciadora 926119 – Secretaria de Estado de Saúde - GDF.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

82/2018	400796	Cadeira de rodas(banho) Apresentação: com estrutura rígida, monobloco, reforçada, construída em tubos redondos de aço inoxidável de no mínimo 1 polegada de diâmetro de 1,25 mm de espessura de parede, soldadas bem acabadas, acoplável ao vaso sanitário, com abertura frontal, apoio para braço removível pelo menos um dos lados, pedais articuláveis, rodas traseiras giratórias de 6 polegadas, reforçadas, encosto revestido em capa impermeável e removível, rodas dianteiras fixadas e reforçadas de 6 polegadas, freios dianteiros bilaterais, aplicação: higienização em sanitário e chuveiro, pintura eletrostática.	778	227,00
<b>Média dos valores</b>				<b>306,66</b>

22. Os dados da Tabela 1 demonstram que há fortes indícios de superfaturamento na aquisição de cadeiras de rodas de banho para adulto, referente à Dispensa de Seleção de Fornecedores 52/2019. Considerando a média dos preços de contratações públicas (R\$ 306,66) e o valor de aquisição do IGESDF (R\$ 598,74), verifica-se uma diferença da ordem de R\$ 292,08 (duzentos e noventa e dois reais e oito centavos), ou seja, a quantia unitária paga pelo IGESDF foi quase o dobro do valor obtido pela análise das contratações públicas. A partir desses dados, pode-se apontar um possível prejuízo de R\$ 58.416,00 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e dezesseis reais)<sup>7</sup>, considerando a compra de 200 cadeiras de rodas desse tipo.

23. Por sua vez, a cadeira de rodas de banho adulto obeso adquirida na quantidade de 100 unidades apresenta a seguinte descrição no Elemento Técnico 03/2019, elaborado pelo IGESDF (Peça 13, e-DOC 4BE7926D-c, fl. 7):

CADEIRA DE RODAS (BANHO) ADULTO/OBESO: APRESENTAÇÃO: COM ESTRUTURA RÍGIDA, DE ALTA QUALIDADE, MONOBLOCO, REFORÇADA, CONSTRUÍDA EM TUBOS REDONDOS DE ALUMÍNIO AERONAUTICO TEMPERADO DE 1", COM BOM ACABAMENTO, ASSENTO RESISTENTE, ACOPLÁVEL AO VASO SANITÁRIO, SEM ABERTURA FRONTAL, APOIO PARA BRAÇO REMOVÍVEL, APOIO PARA OS PÉS RETRÁTIL, RODAS TRASEIRAS GIRATÓRIAS DE 6 POLEGADAS MONTADAS EM ROLAMENTO, REFORÇADAS, ENCOSTO REVESTIDO EM CAPA LAVÁVEL, IMPERMEÁVEL E REMOVÍVEL, ESTAMPADA COM A LOGO DO IHB, RODAS DIANTEIRAS FIXADAS E REFORÇADAS DE 6 POLEGADAS MONTADAS EM ROLAMENTO, FREIOS DIANTEIROS BILATERAIS, PINTURA ELETROSTÁTICA. APLICAÇÃO: HIGIENIZAÇÃO EM SANITÁRIO E CHUVEIRO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 120 KG.

24. A busca no sistema de consultas do Comprasnet e no Alphasinc apresentou os seguintes procedimentos licitatórios de interesse para análise dos preços para a cadeira de rodas de banho adulto

<sup>7</sup> Prejuízo = 292,08 x 200 = R\$ 58.416,00.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

obeso (PT 01 e PT 02, fls. 148/149, 222 e 271):

**Tabela 2. Pesquisa de preços de licitações públicas para cadeira de rodas de banho adulto obeso**

Número do Pregão <sup>8</sup>	Código BR	Descrição do objeto (Edital)	Quantidade	Valor Unitário
08/2018	404339	Cadeira de banho com suporte para comadre <sup>8</sup> , tipo funcionamento manual, tipo dobrável. Material estrutura em aço carbono, acabamento estrutura pintura epóxi-pó, eletrostática, tipo uso banho, apoio braços removíveis, tipo pneus maciços traseiros infláveis de 6", rodas dianteiras direcionadas. Freios bilaterais, apoio de pés escamoteável. Assento sanitário com abertura frontal para facilitar higiene. Encosto com courvin. Capacidade máxima até 140kg.	2	476,19
1024/2018	404339	Cadeira de rodas tipo funcionamento manual, tipo construtivo fixa, material estrutura aço inoxidável, acabamento estrutura esmaltado, tipo uso banho, tamanho adulto, tipo encosto fixo, acabamento do encosto e assento plástico resistente tipo pneu dianteiros maciços, tipo pneu traseiro maciço, apoio pés fixo, capacidade máxima até 150 Kg, características adicionais encaixe para vaso sanitário.	35	477,44
82/2018	404339	Cadeira de rodas para banho com aro de propulsão, com estrutura rígida, monobloco, construída em tubos redondos de aço inoxidável ou de aço carbono de no mínimo 1" de diâmetro e 1,25 mm de espessura de parede, soldadas bem acabadas, acoplável ao vaso sanitário. Com abertura frontal, apoio para braço removível, pedais articuláveis, rodas dianteiras giratórias de 6", rodas traseiras de 20 a 24" e freios bilaterais nas rodas traseiras. Aros de alumínio e eixos com rolamentos blindados. Encosto revestido em capa impermeável e removível. Pintura: eletrostática. Tamanhos de 40 a 50 de largura. Aplicação: para higienização em sanitário e chuveiro.	462	419,00
Média				457,54

25. A pesquisa realizada no Comprasnet para a cadeira de rodas de banho adulto obeso se baseou no Código BR 404339, por possuir em sua descrição a capacidade máxima de até 250 kg. Os dados da pesquisa demonstram que também há indícios de superfaturamento na aquisição desse item, realizada pelo IGESDF, por meio da Dispensa de Seleção de Fornecedores 52/2019. Considerando a média dos preços de contratações públicas (R\$

<sup>8</sup> Pregão 08/2018: UASG Gerenciadora 257054 – Distrito Sanit. Esp. Indígena - Tocantins, período de vigência: 26/10/2018 a 26/10/2019; Pregão 1024/2018: UASG Gerenciadora 154035 – Hospital Univ. Gaffree e Guinele da Unirio, período de vigência: 10/10/2018 a 10/10/2019; Pregão 82/2018: UASG Gerenciadora 926119 – Secretaria de Estado de Saúde - GDF.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

457,54) e o valor de aquisição do IGESDF (R\$ 630,25), verifica-se uma diferença de R\$ 172,71 (cento e setenta e dois reais, setenta e um centavos), ou seja, o valor unitário da cadeira adquirida foi 38% superior aos preços públicos identificados. Assim, pode-se apontar um possível prejuízo de R\$ 17.271,00 (dezesete mil, duzentos e setenta e um reais)<sup>9</sup>, considerando a compra de 100 cadeiras de rodas desse tipo.

26. Portanto, em consonância com a Informação 67/2020-Diasp3, entende-se que existem indícios de possível superfaturamento na aquisição realizada por meio da Dispensa de Seleção de Fornecedores 52/2019, embora se defenda, nesta Instrução, a utilização de parâmetros de preços distintos daqueles utilizados naquela Informação.

27. Nesse passo, considerando os dois materiais de auxílio à locomoção adquiridos pelo IGESDF e os parâmetros de preços defendidos nesta Instrução, conclui-se que há indícios de prejuízo no valor de R\$ 75.687,00 (setenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e sete reais)<sup>10</sup>.

28. Sugere-se, portanto, determinar ao Instituto que se manifeste acerca do possível prejuízo identificado (sugestão III.a). Ademais, a cópia eletrônica do processo que abrigou a Dispensa de Seleção de Fornecedores 52/2019 deve ser encaminhada a este Tribunal (sugestão III.b).

29. Outrossim, entende-se que a análise da procedência da Exordial, no que se refere à mencionada Dispensa de Seleção de Fornecedores, deve ser realizada após a manifestação do Instituto acerca do possível prejuízo.

30. Ainda em relação à aquisição por meio da Dispensa supracitada, diverge-se da Informação 67/2020 - DIASP 3 (Peça 16, e-DOC 2A27691F-e) quanto à proposta de audiência do Diretor-Presidente do IGESDF à época. Conforme a Matriz de Responsabilização elaborada pelo auditor que analisou o mérito da Exordial (Peça nº 15, e-DOC 3E7231AB-e), referido gestor deveria ser chamado em audiência pelas seguintes irregularidades do Ato Convocatório 132/2018 e Dispensa de Seleção de Fornecedores 52/2019:

(...) inobservância aos princípios da publicidade, da impessoalidade, da moralidade, da economicidade e da eficiência”; “indícios de sobrepreço e superfaturamento nas aquisições realizadas pelo Instituto por meio do referido Ato Convocatório, o qual visava à aquisição de cadeiras de rodas e cadeira de rodas de banho” e “cotação de preços similares que assentaram valores de aquisição da ordem de R\$ 230,00

<sup>9</sup> Prejuízo = 172,71 x 100 = R\$ 17.271,00.

<sup>10</sup> Valor total prejuízo = 58.416,00 + 17.271,00 = R\$ 75.687,00. Ver parágrafos 22 e 25.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

*(duzentos e trinta reais) e R\$ 445,00 (quatrocentos e quarenta e cinco reais) por cadeira de banho, valores esses que apartam a chamada compra com economia de escala, implicando desperdício de recursos (...)*

31. *As condutas descritas na matriz para as irregularidades foram: “Deixar injustificadamente de se pronunciar a respeito dos Princípios da Administração Pública que envolveram a aquisição de cadeira de rodas” e “Deixar injustificadamente de se pronunciar a respeito dos valores que lastrearam a aquisição de cadeira de rodas”. Em suma, a sugestão de chamar em audiência o gestor da Pasta à época se baseia na conduta de falta de manifestação adequada quanto às questões apresentadas na Exordial (Peça nº 15, e-DOC 3E7231AB-e).*

32. *No entanto, verifica-se que o Diretor-Presidente se pronunciou por meio do Ofício 1853/2019 (Peça nº 13, e-DOC 4BE7926D-c), atendendo ao comando do item II da Decisão 3.938/2019, apresentando os elementos que entendeu pertinentes e documentos relativos aos autos da contratação. Ainda, mesmo que houvesse a falta de manifestação, não há nexo de causalidade entre as irregularidades apresentadas e a conduta descrita, de forma que a ausência de manifestação seria outra falha, o descumprimento de decisão desta Corte, a qual não ocorreu. Nesse sentido, diverge-se da opinião de se chamar em audiência referido gestor pelas irregularidades apontadas.*

33. *No que se refere ao Ato Convocatório 46/2019, que trata da aquisição de cadeiras do tipo longarina, coaduna-se com o posicionamento apresentado na Informação 67/2020 – DIASP3, que conclui pela perda do objeto (sugestão II), haja vista o procedimento de aquisição ter sido cancelado, conforme demonstrado pelo Ofício 1853/2019 – IGESDF (Peça 13, e-DOC 4BE7926D-c, fls. 26/38).*

34. *Ante o exposto, sugere-se ao Egrégio Plenário:*

*I - conhecer:*

*a) do Ofício 1853/2019 - IGESDF;*

*b) da Informação 67/2020 – DIASP3 e desta Informação;*

*II - reconhecer a perda de objeto da Representação oferecida por meio do Ofício 219/2019 – GAB - JL, no que tange à possível irregularidade do Ato Convocatório 46/2019;*

*III - determinar ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF que, no prazo de 30 dias:*

*a) apresente circunstanciados esclarecimentos quanto*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

*aos indícios de superfaturamento, no montante de R\$ 75.687,00, relativos à Dispensa de Seleção de Fornecedores 52/2019;*

*b) encaminhe a este Tribunal cópia eletrônica da íntegra do processo que abrigou a mencionada Dispensa de Seleção de Fornecedores;*

*IV - autorizar:*

*a) o encaminhamento da Informação 67/2020 – DIASP3, desta Instrução e seus respectivos Papéis de Trabalho, do Voto condutor e da Decisão que vier a ser proferida ao IGESDF e à Deputada Distrital Júlia Lucy;*

*b) o retorno destes autos à SEASP para análise das manifestações encaminhadas em função do item III da Decisão que vier a ser proferida.”*

### MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

10. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 740/2020 – G3P (e-doc B5C9BE7F-e), de 10.9.2020, da lavra do Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, aquiesce, com ajuste, à proposta do Sr. Diretor da 3ª DIASP. Do mencionado Parecer, destaco:

*“23. Nos termos da Decisão 3839/2019, o objeto destes autos é o exame dos Atos Convocatórios 132/2018 e 46/2019, vez que as demais questões suscitadas na exordial estão sendo objeto de exame em outros Processos.*

*24. Quanto ao Ato Convocatório 46/2019, apreendo, em consonância com a Área Técnica, que não deve ser alvo de maiores considerações haja vista o procedimento de aquisição ter sido cancelado pelo órgão jurisdicionado.*

*25. Todavia, persistem indicativos que a aquisição de cadeiras de rodas se deu com valores acima dos praticados no mercado.*

*26. Consoante o Ofício 1853/2019 - IGESDF, os valores unitários dos materiais adquiridos foram: R\$ 598,74 (quinhentos e noventa e oito reais, setenta e quatro centavos), para 200 cadeiras de rodas de banho adulto, e R\$ 630,25 (seiscentos e trinta reais, vinte e cinco centavos), para 100 cadeiras de rodas de banho adulto obeso (Peça 13, e-DOC 4BE7926D-c, fls. 24/25).*

*27. As especificações dos bens adquiridos, conforme consta do e-*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

*DOC 4BE7926Dc (peça 13), são as seguintes:*

1- CADEIRA DE RODAS (BANHO) **ADULTO:**  
APRESENTAÇÃO: COM ESTRUTURA RÍGIDA, DE ALTA QUALIDADE, MONOBLOCO, REFORÇADA, CONSTRUÍDA EM TUBOS REDONDOS DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO DE 1", COM BOM ACABAMENTO, ASSENTO RESISTENTE, ACOPLÁVEL AO VASO SANITÁRIO, SEM ABERTURA FRONTAL, APOIO PARA BRAÇO REMOVÍVEL, APOIO PARA OS PÉS RETRÁTIL, RODAS TRASEIRAS GIRATORIAS DE 6 POLEGADAS MONTADAS EM ROLAMENTO, REFORÇADAS, ENCOSTO REVESTIDO EM CAPA LAVÁVEL, IMPERMEÁVEL E REMOVÍVEL, ESTAMPADA COM A LOGO DO IHB, RODAS DIANTEIRAS FIXADAS E REFORÇADAS DE 6 POLEGADAS MONTADAS EM ROLAMENTO, FREIOS DIANTEIROS BILATERAIS, PINTURA ELETROSTÁTICA. APLICAÇÃO: HIGIENIZAÇÃO EM SANITÁRIO E CHUVEIRO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 80 KG".

2 - CADEIRA DE RODAS (BANHO) **ADULTO/OBESO:**  
APRESENTAÇÃO: COM ESTRUTURA RÍGIDA, DE ALTA QUALIDADE, MONOBLOCO, REFORÇADA CONSTRUÍDA EM TUBOS REDONDOS DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO DE 1", COM BOM ACABAMENTO, ASSENTO RESISTENTE, ACOPLÁVEL AO VASO SANITÁRIO, SEM ABERTURA FRONTAL, APOIO PARA BRAÇO REMOVÍVEL, APOIO PARA OS PÉS RETRÁTIL, RODAS TRASEIRAS GIRATORIAS DE 6 POLEGADAS MONTADAS EM ROLAMENTO, REFORÇADAS, ENCOSTO REVESTIDO EM CAPA LAVÁVEL, IMPERMEÁVEL E REMOVÍVEL, ESTAMPADA COM A LOGO DO IHB, RODAS DIANTEIRAS FIXADAS E REFORÇADAS DE 6 POLEGADAS MONTADAS EM ROLAMENTO, FREIOS DIANTEIROS BILATERAIS, PINTURA ELETROSTÁTICA. APLICAÇÃO: HIGIENIZAÇÃO EM SANITÁRIO E CHUVEIRO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 120 KG".

28. Pela Informação 67/2020 (peça 16), o Sr. Auditor, ao realizar pesquisa, verificou que o Pregão 26/2020 – SES, que visava adquirir objeto semelhante, chegou ao valor unitário de R\$ 445,00, mesmo diante de uma compra menor (221 unidades). Apurou, portanto, que o IGESDF pagou um preço 27% maior pelo bem do que a Secretaria de Saúde, no âmbito de recente procedimento licitatório.

29. Ao consultar outra fonte (Tabela SUS), aferiu que "o bem objeto de discussão se encontra fixado no valor de R\$ 230,00, o que converge com uma das premissas eleitas pela representante, no entanto, sem constar outras especificações técnicas como capacidade, tamanho, etc."

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

30. *Todavia, o Sr. Diretor, no âmbito da Informação 68/2020 (peça 17), entendeu que a utilização de preços contemporâneos ao procedimento de contratação a ser analisado se mostra como metodologia mais adequada para apuração de eventual sobrepreço ou superfaturamento.*

31. *À vista disso, ao examinar os preços constantes do mercado, este órgão ministerial, inicialmente, averiguou que o item 1 – cadeira de banho adulto – se amolda ao material código 400778, constante do sistema Comprasnet, mantido pelo Ministério da Economia, cuja descrição é a seguinte:*

*“Cadeira de rodas, tipo funcionamento: manual, tipo construtivo: fixa, material estrutura: aço inoxidável, acabamento estrutura: esmaltado, tipo uso: banho, tamanho: adulto, tipo encosto: encosto fixo, acabamento do encosto e assento: plástico resistente, tipo de pneu: pneus dianteiros maciços, tipo pneu traseiro: maciço, apoio pés: apoio pés fixo, capacidade máxima: até 120 kg, características adicionais: encaixe para vaso sanitário”*

32. *Nessa perspectiva, o aludido item fora adquirido, por diversos órgãos públicos, conforme listagem abaixo transcrita, com valores que oscilavam entre R\$226,00 e R\$ 388,96:*

Pregão	Cód.	Qtd	Valor	Órgão	Data da compra
00072/2019	400778	5	226,54	COMANDO DA AERONAUTICA	07/08/2020
00007/2020	400778	100	280,00	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	15/07/2020
00008/2019	400778	20	289,97	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	28/02/2019
00013/2019	400778	2	330,73	COMANDO DO EXERCITO	03/12/2019
00152/2019	400778	5	331,89	ESTADO DO PARANA	24/01/2020
00044/2018	400778	50	340,00	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	14/03/2019
00003/2020	400778	4	388,96	COMANDO DO EXERCITO	28/07/2020

33. *Note-se que a aquisição mais próxima da quantidade adquirida pela jurisdicionada (200 unidades), foi a compra realizada pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que desembolsou R\$ 280 reais por unidade (Pregão 7/2020).*

34. *A média do valor de aquisição do item, segundo as mencionadas aquisições, foi de R\$ 312,44, muito próxima, portanto, da média apurada pela Informação 68/2020 (R\$ 306,66).*

35. *Dessa maneira, entendo, em harmonia com o Corpo Técnico, a existência de fortes indícios de superfaturamento na aquisição de cadeiras de rodas de banho para adulto, referente à Dispensa de Seleção de Fornecedores 52/2019, diante do seguinte cálculo:*

***“Considerando a média dos preços de contratações públicas (R\$ 306,66) e o valor de aquisição do IGESDF (R\$***



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

**598,74), verifica-se uma diferença da ordem de R\$ 292,08 (duzentos e noventa e dois reais e oito centavos), ou seja, a quantia unitária paga pelo IGESDF foi quase o dobro do valor obtido pela análise das contratações públicas. A partir desses dados, pode-se apontar um possível prejuízo de R\$ 58.416,00 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e dezesseis reais), considerando a compra de 200 cadeiras de rodas desse tipo.”**

36. Com relação ao item 2 (cadeira de banho – adulto obeso), adquirido por R\$630,25 (100 unidades), observa-se que a descrição condiz com o material código 404339, constante do Comprasnet:

*“Cadeira de rodas, tipo funcionamento: manual, tipo construtivo: fixa, material estrutura: aço inoxidável, acabamento estrutura: esmaltado, tipo uso: banho, tamanho: adulto, tipo encosto: encosto fixo, acabamento do encosto e assento: plástico resistente, tipo de pneu: pneus dianteiros maciços, tipo pneu traseiro: traseiro maciço, apoio pés: apoio pés fixo, capacidade máxima: até 250 kg, características adicionais: encaixe para vaso sanitário”*

37. Em pesquisa junto ao Painel de Preços do Governo Federal identificaram-se as seguintes aquisições, relativas ao material código 404339, ocorridas também em 2019, com valores que variavam entre R\$193,05 e R\$ 477,77, perfazendo uma média de R\$315,54:

Pregão	Qtd	Valor Unitário	Órgão	Data da Compra
00011/2019	2	193,05	COMANDO DO EXERCITO	08/11/2019
00013/2019	10	196,00	COMANDO DO EXERCITO	03/12/2019
00003/2019	30	289,00	COMANDO DA AERONAUTICA	31/10/2019
00012/2018	20	344,77	COMANDO DA MARINHA	28/05/2019
00010/2019	45	393,00	MINISTERIO DA SAUDE	18/06/2019
01024/2018	35	477,44	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	08/08/2019

38. Os dados, dessa forma, indicam que também houve superfaturamento na aquisição desse item, uma vez que a média das contratações públicas foi de R\$ 315,54 e o valor de aquisição do IGESDF foi de R\$ 630,25. Percebe-se, por conseguinte, a existência de diferença no montante de R\$ 314,71 por unidade do produto. Como foram adquiridas 100 cadeiras, chega-se a um provável prejuízo de R\$ 31.471,00.

39. Deste modo, os valores das cadeiras adquiridas pelo IGESDF em comparação com os valores praticados no mercado, indicam a existência de dano aos cofres públicos no valor de R\$ 89.887,00 (R\$ 58.416,00 [cadeira adulto] + R\$31.471,00 [cadeira adulto



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

obeso]).

40. Assim, acompanha o Ministério Público o sugerido no âmbito da Informação 68/2020 – DIASP3 (peça 17), no sentido de que seja o IGESDF instado a apresentar esclarecimentos quanto aos indicativos de superfaturamento.

41. Todavia, consoante discorrido, entende este órgão que o valor do pretenso prejuízo totaliza, em valores originais, R\$ 89.887,00, motivo pelo qual o item III, “a”, constante do § 34 da Informação 68/2020, deve ter a seguinte redação:

(...)

“III - determinar ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF que, no prazo de 30 dias:

a) apresente circunstanciados esclarecimentos quanto aos indícios de superfaturamento, no montante de **R\$ 89.887,00**, relativos à Dispensa de Seleção de Fornecedores 52/2019”

42. Quanto à proposta de audiência do Diretor – Presidente do IGES, formulada pelo Sr. Auditor via Informação 67/2020, apreendo, na presente fase, não ser necessária, uma vez que sua responsabilização deve ser aferida por ocasião da TCE, a ser instaurada na fase subsequente, caso persistam os indicativos de prejuízo.”

É o Relatório.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

### VOTO

11. Nesta fase, analisam-se os esclarecimentos prestados pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGES/DF quanto à Representação oferecida pela nobre Deputada Distrital JÚLIA LUCY acerca de **indícios de sobrepreço** nas aquisições realizadas por meio dos Atos Convocatórios nº 132/2018 e nº 46/2019, com possível ofensa aos princípios da economicidade e da eficiência (art. 2º, inciso XII, alínea “a”, da Lei nº 5.899/17<sup>6</sup>):

- **Ato Convocatório nº 132/2018<sup>7</sup>**: aquisição de cadeiras de rodas e cadeiras rodas de banho hospitalares. Teriam sido adquiridas 300 cadeiras ao custo total de R\$ 182.700,00, perfazendo **R\$ 609,00** a unidade. As pesquisas apontam o valor de mercado entre **R\$ 200,00 e R\$ 270,00**.
- **Ato Convocatório nº 46/2019<sup>8</sup>**: aquisição de 1.000 cadeiras tipo longarina de três lugares, cotadas pela jurisdição em **R\$ 1.660,00** por unidade. A pesquisa de preços feita pela i. Parlamentar indicou que os preços do objeto seriam inferiores, da ordem de **R\$ 570,00 a R\$ 820,00**.

12. O Auditor de Controle Externo, responsável pela instrução, sugere que o Tribunal considere procedente a Representação e autorize a audiência do Sr. Francisco Araújo Filho (Diretor-Presidente do IGES/DF à época) para apresentar razões de justificativa sobre os fatos registrados na Matriz de Responsabilização<sup>9</sup>.

13. O Sr. Diretor da 3ª DIASP, em cota complementar endossada pelo Sr. Secretário de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, opina que esta Corte:

<sup>6</sup> A Lei nº 5.899/17 autorizou a instituição do Instituto Hospital de Base do DF, nomenclatura alterada para Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do DF, por meio da Lei Distrital nº 6.270/19.

<sup>7</sup> “Art. 2º Compete à Secretaria de Estado de Saúde supervisionar a gestão do IHBDF, observadas as seguintes normas e disposições: [...]”

XII - **as aquisições, alienações e contratações pelo IHBDF** são realizadas conforme seu regulamento próprio de compras e contratações, aprovado pelo Conselho de Administração, **observados**: [...] a) os princípios da publicidade, da impessoalidade, da moralidade, da **economicidade e da eficiência**;

<sup>8</sup> <http://igesdf.org.br/?ato=ato-convocatorio-132-2018>

<sup>9</sup> Vinculado à Estimativa nº 94/2019. Vide <http://igesdf.org.br/?ato=estimativa-094-2019>

<sup>9</sup> A Matriz de Responsabilização é objeto do e-doc [3E7231AB-e](#).



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

a) reconheça a perda de objeto da Representação no que tange ao Ato Convocatório nº 46/2019, ante a sua revogação;

b) determine ao Instituto que se pronuncie acerca dos indícios de superfaturamento por sobrepreço, no montante de **R\$ 75.687,00** (valor original), relativo à Dispensa de Seleção de Fornecedores nº 52/2019, e encaminhe cópia integral, em meio eletrônico, do referido processo;

c) autorize o envio das Informações, papéis de trabalho, do Voto condutor e da decisão que vier a ser proferida ao Instituto e a nobre Deputada Distrital.

14. O douto **Parquet** especializado aquiesce ao entendimento esposado pelo titular da 3ª DIASP, com ajuste quanto ao valor do possível dano, que seria de **R\$ 89.887,00** (valor original), conforme cálculos embasados em referenciais de preços públicos inferiores aos anotados pelo Corpo Técnico.

15. Passa-se à apreciação.

16. Inicialmente, destaca-se que, no tocante ao Ato Convocatório nº 132/2018, as aquisições relatadas pela nobre Parlamentar – cadeiras de rodas de banho adulto e adulto obeso – foram efetivamente feitas por meio da Dispensa de Seleção de Fornecedores nº 52/2019, em virtude fracasso ocorrido **no âmbito do certame público ordinário**.

17. Superado este tópico, verifica-se que, apesar da divergência, as unidades convergem quanto à insuficiência das informações fornecidas pelo Instituto. De fato, a manifestação exarada se restringiu em comunicar os procedimentos adotados para a realização das contratações, deixando de elucidar a diferença entre os valores contratados e os referenciais de preços constantes da exordial e de disponibilizar quaisquer elementos de prova para desconstituir os parâmetros utilizados.

18. Nesse contexto, corretas as ponderações do Sr. Diretor da 3ª DIASP, no sentido de que o estágio destes autos ainda não permite a identificação de responsabilidades ou o juízo de mérito sobre a Representação. Dessa forma, não devem ser acolhidas as propostas do Auditor de Controle Externo, sem prejuízos à sua adoção na próxima etapa processual, caso confirmados os indícios apurados.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

19. No que concerne ao possível superfaturamento por sobrepreço, há pequena discordância de valores entre o Órgão Ministerial e o Sr. Diretor da 3ª DIASP, que se justifica em razão dos certames públicos escolhidos como parâmetro, para fins de quantificação do dano, consoante quadro a seguir:

Item	Qtd.	Valor Unitário Pago pelo IGES/DF (R\$)	Valor Médio em Certames Públicos (R\$)	
			Diretor da 3ª DIASP	Órgão Ministerial
Cadeira de rodas banho adulto	200	598,74	306,66	306,66*
Cadeira de rodas banho adulto obeso	100	630,25	457,54	315,54
<b>Total</b>	<b>300</b>	<b>182.773,00</b>	<b>107.086,00</b>	<b>92.886,00</b>
<b>Valor do possível sobrepreço</b>			<b>75.687,00</b>	<b>89.887,00</b>

\* MPC acolheu o referencial de preços da Instrução, por considerar diminuta a diferença em relação à sua pesquisa.

20. Contudo, por não haver a necessidade de fixação, neste momento, do valor exato do possível dano, pois os referenciais de preços da Unidade Instrutória poderão ser, eventualmente, revistos na próxima fase em decorrência das licitações adicionais identificadas pelo **Parquet** especializado no âmbito do Comprasnet, mostra-se suficiente que se determine ao IGES/DF a apresentação de esclarecimentos sobre a questão.

21. Em acréscimo, deve-se facultar à empresa contratada, Speed Cadeiras de Rodas, Mobilidade e Conforto Ltda., o oferecimento, no prazo de 30 (trinta) dias, de suas considerações, em homenagem aos princípios do contraditório, da ampla defesa e da verdade material.

22. Noutro giro, além da requisição de cópia integral do processo que cuidou da Dispensa de Seleção de Fornecedores nº 52/2019, também devem ser solicitados o contrato celebrado e todos os pagamentos efetivados, com o fim de subsidiar o exame do processo e, se não afastados os indícios apurados, a conversão da matéria em Tomada de Contas Especial.

23. Por fim, observa-se que a revogação do Ato Convocatório nº 46/2019 foi motivada pela necessidade de *“adequações no Elemento Técnico e instauração de um novo Processo de Seleção de Fornecedores”* (e-doc 4BE7926D-c, fl. 28).

24. Assim, não merece guarida a sugestão de perda de objeto da Representação quanto a este ponto, devendo-se determinar ao Instituto que envie cópia integral do novo Elemento Técnico revisado e do processo de seleção de fornecedores instaurado em substituição ao Ato Convocatório nº 46/2019, visto que as impropriedades realçadas na peça inaugural podem ter persistido neste novo certame.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

Ante o exposto, parcialmente de acordo com a cota do Sr. Diretor da 3º DIASP e com o Órgão Ministerial, VOTO, no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 1853/2019 – IGESDF/DIPRE/GAPRE (e-doc 4BE7926D-c), remetido em cumprimento à Decisão nº 3.938/19;

II. determine ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGES/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) apresente circunstanciados esclarecimentos quanto aos indícios de superfaturamento por sobrepreço relativos à Dispensa de Seleção de Fornecedores nº 52/2019, apontados na Informação nº 68/2020-DIASP3 (R\$ 75.687,00) e no Parecer nº 740/2020-G3P (R\$ 89.887,00);

b) encaminhe cópia integral, em meio eletrônico:

1) do processo que abrigou a Dispensa de Seleção de Fornecedores nº 52/2019, do contrato celebrado e dos pagamentos efetuados;

2) do novo processo de seleção de fornecedores e Elemento Técnico revisado, os quais motivaram a revogação do Ato Convocatório nº 46/2019;

III. conceda igual prazo, de 30 (trinta) dias, à empresa Speed Cadeiras de Rodas, Mobilidade e Conforto Ltda., contratada por meio da Dispensa de Seleção de Fornecedores nº 52/2019, para que, caso considere oportuno, apresente suas considerações sobre a matéria de que trata o inciso II, alínea “a” supra;

IV. autorize:

a) o envio de cópia da Informação nº 68/2020 – DIASP3 e seus respectivos Papéis de Trabalho, do Parecer nº 740/2020 – G3P, deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida ao Instituto de Gestão Estratégica de





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 25.435/19-e

Saúde do Distrito Federal, à Deputada Distrital Júlia Lucy e à empresa nominada no inciso III;

b) o retorno destes autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP para adoção das providências pertinentes.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2020.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro – Relator**

Distribuição antecipada